



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013266-95.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**  
 Requerente: **Ademaro Moreira Alves**  
 Requerido: **Lojas Tanger Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**ADEMARO MOREIRA ALVES** ajuizou ação de indenização por danos morais em face de **LOJAS TANGER LTDA.**, alegando, em síntese, que: a) no dia 17.10.2017 recebeu correspondência dando conta de um apontamento de protesto no valor de R\$ 123,83, cujo pagamento deveria ser feito até 24.10.2017; b) a dívida refere-se ao contrato 000000012014008, firmado em 28.10.2013, no valor total de R\$ 1.126,24, com parcelas de R\$ 78,21; c) a dívida encontra-se prescrita e, portanto, descabida, sendo-lhe devida indenização por danos morais. Pugnou pela concessão de tutela antecipada para suspensão dos efeitos do protesto e pela condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais em valor equivalente a 20 salários mínimos.

A tutela de urgência foi indeferida a fls. 15.

Em petição de fls. 16/17 o autor requereu a juntada de documentos e reiterou o pedido de tutela de urgência.

Decisão de fls. 22 manteve a decisão de indeferimento da tutela de urgência.

A ré, em contestação de fls. 27/41, requereu a improcedência do pedido, alegando, em síntese que: a) o autor realizou uma compra parcelada junta a ré na data de 28.09.2013, ficando inadimplente com as prestações a partir de 28.10.2013; b) o autor não se opôs à existência da dívida, fato é que esta foi confessada na data de 19.05.2017; c) a dívida, portanto, não se encontra prescrita; d) não houve ofensa moral ao autor, visto que, o protesto se deu após o fato do autor não ter adimplido com suas obrigações diante do estabelecimento da ré, concernente ao parcelamento assumido; e) requer a improcedência do pedido e a condenação do autor por litigância de má-fé.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica de fls. 67/74.

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO e DECIDO.**

Julga-se antecipadamente a lide nos termos do artigo 355, I, do NCPC, por se tratar de matéria de direito.

Pretende o autor a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais por levar a protesto dívida prescrita.

O próprio autor alegou que a dívida foi contraída em 28.10.2013, no valor de R\$ 1.126,24, para pagamento em parcelas de R\$ 78,21 (fls. 02, segundo parágrafo). Em momento algum o autor demonstrou ou comprovou o adimplemento.

Trata-se de dívida líquida constante de instrumento particular. Aplicável, ao caso, o disposto no artigo 206, § 5º, I, do CC que dispõe prescrever em 5 anos: “a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento publico ou particular”, configurando a intensão de enriquecimento ilícito do autor.

O apontamento, ademais, refere-se ao título 0324240421, no valor de R\$ 123,83, com vencimento em 25.06.2017 (fls. 18).

Referido título é o contrato de confissão de dívida celebrado entre as partes em 19.05.2017 (fls. 50/51).

Assim, não há de se falar em prescrição, primeiro, porque o título original nem sequer encontra-se vencido e, segundo, porque o apontamento refere-se ao contrato de confissão de dívida, celebrado em 19.05.2017.

Não tendo o autor negado a dívida, limitando-se a alegar a sua prescrição, de rigor a improcedência do pedido, concluindo-se pela legitimidade do apontamento, uma vez que a ré utilizou-se dos meios legais para cobrança, agindo no exercício regular de direito.

Nesse sentido: “AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Autora que diz desconhecer motivo do apontamento de seu nome nos órgãos de proteção de crédito – Sentença de improcedência – Relação de consumo – Parte ré comprovou a relação jurídica entre as partes decorrente da utilização de cartão de crédito – Ausência de comprovação de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento ou dívida indevida por parte da autora – Débito devido – Inscrição do nome da autora legítima – Exercício regular do direito – Notificação prévia da negativação que é incumbência dos órgãos de proteção ao crédito – Inteligência do art. 43, § 2º do CDC e Súmula 359 do STJ – Inocorrência de danos morais – Recurso desprovido.” (TJSP; Apelação 1029692-23.2015.8.26.0577; Relator (a): Maria Salete Corrêa Dias; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José dos Campos - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/02/2018; Data de Registro: 09/02/2018).

De rigor, portanto, a rejeição do pedido inicial.

Improcede, contudo, o pedido de condenação do autor por litigância de má-fé.

Em relação à condenação por litigância de má-fé, não se vislumbra, no caso em testilha, ato a configurar a má-fé do autor, nos termos do artigo 80, do NCPC.

O STJ já decidiu que para a caracterização da má-fé, há de se verificar o dolo na conduta da parte.

Neste sentido: "A aplicação de penalidades por litigância de má-fé exige dolo específico" ( STJ, REsp nº 1.123.195/SP, rel. Ministro Massami Uyeda, j16.12.10).

"A mera pretensão de discutir ou rediscutir questões jurídicas, ainda que com a apresentação de teses equivocadas, não configura litigância de má-fé, que exige, para sua aplicação, a comprovação do dolo processual, inexistente no caso concreto" ( STJ, AgRg no Ag nº 1.271.929/RS, rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, j. 16.11.10).

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

Sucumbente, condeno o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da causa corrigido desde o ajuizamento e acrescido de juros de mora a partir da citação, observando-se, neste caso, os benefícios da gratuidade de justiça.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 12 de março de 2018.

**Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**